



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

4ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação do executado: **FACL ORGANIZAÇÃO TRIBUTARIA S/S LTDA (CNPJ/MF Nº 04.709.084/0001-98)**; bem como do interessado: **AMORIM ROSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (CNPJ/MF Nº 07.912.237/0001-98)**.

O MM. Juiz de Direito Dr. Rodrigo César Fernandes Marinho, da 4ª Vara Cível – Foro Central, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Ação Declaratória de Cunha Condenatório pelo Rito Ordinário em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **A.S. NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA (CNPJ/MF Nº 58.372.442/0001-49)** em face de **FACL ORGANIZAÇÃO TRIBUTARIA S/S LTDA (CNPJ/MF Nº 04.709.084/0001-98)**, nos autos do **Processo nº 0038149-32.2018.8.26.0100** (Processo Principal nº 0265640-16.2007.8.26.0100) e foi designada a venda do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC, e de acordo com as regras expostas a seguir:

01 - IMÓVEL - Localização do Imóvel: Rua Afonso Celso, nº 457, Vila Mariana, São Paulo/SP – CEP: 04119-001 - **Descrição do Imóvel:** Um imóvel comercial com 450m² de área construída e 315m² de área total, anteriormente descrito como um prédio e seu respectivo terreno, medindo 10,35ms, de frente por 30,55ms, da frente aos fundos, do lado esquerdo de quem da rua olha para ele, 30,40ms, também da frente aos fundos, no lado direito, tendo nos fundos a largura de 10,35ms, encerrando a área de aproximadamente 314,90m².

Dados do Imóvel

Inscrição Municipal nº	042.027.0005-8	
Matrícula Imobiliária nº	60.621	14º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo/SP

Ônus

Registro	Data	Ato	Processo/Origem	Beneficiário / Observações
Av. 19	31/10/2019	Penhora Exequenda	Proc. nº 0038149-32.2018.8.26.0100	A.S. Negócios e Participações LTDA – EPP

OBS 01: Um imóvel comercial com 450m² de área construída e 315m² de área total, composto por 02 (dois) pavimentos e com recuo frontal, contendo hall de recepção, salas de trabalho, salas de reuniões, sanitários, cozinha e depósitos, com acesso entre os dois pavimentos feitos por várias escadas (Laudo de Avaliação às fls. 383/446).

OBS 02: O imóvel se encontra locado para a empresa Amorim Rosa Sociedade de Advogados, com prazo de término da locação em 01 de julho de 2024, conforme Contrato de Locação de Imóvel não Residencial e outras avenças (Fls. 521/532).

OBS 03: Às fls. 105/113 foi requerida a devolução de prazo para impugnação ou pagamento da execução sob o argumento da nulidade da intimação do executado. Por meio da decisão de fls. 126 foi indeferida devolução de prazo e em sede recursal foi mantida a decisão em questão, sendo transitada em julgado em 20/12/2019.

OBS 04: Foi apresentada Exceção de Pré-Executividade às fls. 469/493, requerendo o reconhecimento do excesso de penhora, bem como o levantamento da mesma. Por meio da decisão de fls.



546/547 foi indeferido o referido pleito e em sede recursal foi mantida a decisão em questão, sendo transitada em julgado em 14/12/2020.

Valor de Avaliação do imóvel: R\$ 4.000.000,00 (Fev/2020 – Laudo de Avaliação às fls. 383/446 – Homologação às fls. 466).

Valor de avaliação atualizado: R\$ 4.879.081,00 (Dez/2022). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP.

Débitos Tributários: R\$ 120.147,82 (Jan/2023) referente aos Débitos inscritos na Dívida Ativa. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional).

Débito Exequendo: R\$ 1.327.085,86 (Fev/2019 – fls. 186/187).

02 - A 1ª praça terá início em **02 de fevereiro de 2023, às 15 horas, e se encerrará no dia 06 de fevereiro de 2023, às 15 horas.** Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 06 de fevereiro de 2023, às 15 horas e 1 minuto, e se encerrará em 20 de março de 2023, às 15 horas.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único e artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC).

03 - O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob nº 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal <http://www.alfaleiloes.com> (artigos 12 e 13 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

04 - Havendo mais de um pretendente e em igualdade de oferta, o devedor ou respectivo cônjuge, companheiro, dependentes, descendente ou ascendente do executado e coproprietários, terão preferência na aquisição dos bens, nessa ordem (artigos 892, § 2º e 843, § 1º CPC).

05 - Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente (artigo 892, §1º, CPC).

06 - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem (artigo 843, CPC).

07 - O preço do bem arrematado deverá ser depositado através de guia de depósito judicial do Banco do Brasil gerada no <https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp>, respectivamente,



no prazo de até 24 horas da realização do leilão. Em até 3 horas após o encerramento do Leilão, cada arrematante receberá um e-mail com instruções para depósito (artigo 884, IV e artigo 892 do CPC).

08 - O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. Tal valor será devido pelo arrematante ainda que haja a desistência da arrematação, assim como será devido pelo exequente nos casos de adjudicação do bem e pelo executado nos casos de acordo e remição, conforme Condições de Venda e Pagamento do leilão, e deverá ser paga mediante DOC, TED ou depósito em dinheiro, no prazo de até 01 (um) dia útil a contar do encerramento do leilão, na conta bancária do Leiloeiro Oficial: Davi Borges de Aquino, a ser indicada ao interessado após a Arrematação (artigo 884, parágrafo único do CPC, artigo 7º, §§ 3º e 7º da resolução nº 236 do CNJ e artigo 24, parágrafo único do Decreto nº 21.981/32).

09 - Em hipótese alguma será permitida a desistência da arrematação. No caso de não pagamento do valor do bem arrematado, e da comissão devida à do leiloeiro no prazo estipulado, pode configurar fraude em leilão (artigo 358 do Código Penal). Neste caso, o participante responderá civil e criminalmente, ficando ainda obrigado a pagar a comissão de 5% (cinco por cento) do lance ofertado em favor do leiloeiro oficial, a título de multa. Fica nesta hipótese autorizado o leiloeiro a receber e aprovar os lances imediatamente anteriores, desde que obedecidos os limites e regras estabelecidas no presente edital.

10 - O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas (artigo 18 da Resolução nº 236/2016, CNJ). Eventuais despesas relativas à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados correrão por conta exclusiva do arrematante (artigo 29 da Resolução nº 236/2016, CNJ).

11 - O arrematante arcará com eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação.

12 - Havendo pluralidade de credores ou exequentes, os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço (artigo 908, §1º, do CPC).

13 - A alienação será formalizada por termo nos autos, com a assinatura do juiz, do exequente, do adquirente e, se estiver presente, do executado, ocasião em que a será expedida a carta de alienação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel e a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel (artigo 880, CPC). Os referidos documentos serão expedidos depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (artigo 901, § 1º, CPC).

14 - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS: Pessoalmente perante o Ofício onde estiver tramitando a ação, ou no escritório do leiloeiro, localizado na Avenida Paulista, nº 2421, 1º Andar - Bela Vista - CEP 01.311-300 - São Paulo – SP, endereço eletrônico contato@alfaleiloes.com, telefone (11) 3230-1126 e Celular/WhatsApp (11) 93207-1308. A participação neste Leilão Eletrônico deve ser feita pelo sítio eletrônico da Alfa Leilões, no seguinte endereço: www.alfaleiloes.com.



ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

15 - A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos (artigo 889, Parágrafo Único, CPC). Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

São Paulo, 24 de janeiro de 2023.

Eu, _____, escrevente, digitei.

Eu, _____, Escrivão(ã) – Diretor(a), subscrevi.

DR. RODRIGO CÉSAR FERNANDES MARINHO
JUIZ DE DIREITO